

Guerra Híbrida: por uma discussão conceitual

Hybrid War: for a conceptual discussion

Fernando da Silva Rodrigues *

RESUMO:

O objetivo do ensaio é discutir o conceito de Guerra Híbrida e a sua importância para o planejamento estratégico do Exército Brasileiro. As seções do ensaio foram desenvolvidas em três partes. A primeira parte é referente à introdução e uma pequena discussão sobre o conceito de ameaça híbrida. A segunda envolve um debate sobre a História e Teoria da Guerra, momento em que se observa a aplicação teórica no conflito militar moderno. A terceira parte teve como objetivo desenvolver o conceito sobre Guerra Híbrida, enquadrada como uma Guerra Pós-Moderna pensada após o fim da Guerra Fria, com a reconfiguração gradual da ordem de Westfália. Por fim, serão apresentadas reflexões finais e implicações para o Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Guerra Híbrida. Emprego Militar. Conflitos Armados.

ABSTRACT

The purpose of the essay is to discuss the concept of Hybrid Warfare and its importance for the strategic planning of the Brazilian Army. The essay sections were developed in three parts. The first part refers to the introduction and a short discussion about the concept of hybrid threat. The second involves a debate on the History and Theory of War, a time when the theoretical application in modern military conflict is observed. The third part aimed to develop the concept of Hybrid War, framed as a Post-Modern War thought after the end of the Cold War, with the gradual reconfiguration of the order of Westphalia. Finally, final reflections and implications for the Brazilian Army will be presented.

Keywords: Hybrid Warfare. Military Employment. Armed conflicts.

* Doutor em História Política, professor do PPGH da Universidade Salgado de Oliveira, coordenador do Grupo de Pesquisa História Militar, Política e Fronteiras do CNPq, coordenador do GT de História Militar da ANPUH-RJ, pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, diretor da Rede Hermes - Pesquisadores Internacionais de Fronteiras, Integração e Conflitos, e Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ.

Sumário Executivo

Na condição de esforço inicial, o ensaio tem por objetivo discutir a definição do conceito de Guerra Híbrida, sua relação com os conflitos contemporâneos e seus reflexos no Planejamento Estratégico do Exército. O estudo faz parte de uma proposta mais ampla de pesquisa sobre conflitos armados e emprego militar, que integra a agenda de investigação do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército para o ano de 2020/2021, relacionada à análise da operacionalidade do conceito de guerra híbrida nos conflitos contemporâneos e seu suposto impacto para a segurança nacional.

O trabalho foi desenvolvido, a partir do debate sobre os estudos dos conflitos vistos pela história e pela teoria da guerra, e posteriormente foi desenvolvido o conceito sobre Guerra Híbrida, no nosso caso, a partir da identificação de estudos sobre as principais guerras e conflitos globais e sua relação com as mudanças nas condições políticas, socioeconômicas e tecnológicas ocorridas desde o fim da Guerra Fria.

A investigação foi apoiada na evolução da teoria da guerra, com enfoque na Guerra Híbrida, a partir do questionamento e profundo debate bibliográfico com a literatura nacional, internacional e com aporte dos documentos produzidos pelo Ministério da Defesa do Brasil e pelo Comando do Exército.

Esse trabalho com o perfil mais conceitual será a base para o desenvolvimento dos outros dois ensaios, para o artigo e para o *policy paper*. Os ensaios serão estudos relacionados a anexação da Criméia e a Crise da Ucrânia sob a perspectiva político estratégica da Rússia, e sob a perspectiva político estratégica da OTAN. O artigo vai avaliar as implicações do conceito de guerra híbrida para a segurança nacional no Brasil, e o *policy paper* trará as implicações estratégicas e recomendações observadas na investigação para o Exército brasileiro.

1. Introdução

Em 1915 o filósofo e sociólogo alemão Max Ferdinand Scheler publicou o livro *Der Genius des Kriegs und der Deutsche Krieg* (O gênio da guerra e a guerra alemã), em que a guerra é vista como o princípio dinâmico da história. A partir dessa consideração teórica construída no contexto do grande conflito mundial que iniciou em 1914, é possível entender que várias etapas de organização da sociedade mundial ocorreram através da

guerra. De alguma forma isso permitiu unir grupos nativos e transformá-los em sociedades politicamente estáveis, que por sua vez se converteram em nações e estes em impérios que se enfrentaram na busca pelo poder.

Esse pensamento não é diferente do desenvolvido por outros teóricos do século XIX, como Hegel. O filósofo não vê a possibilidade de paz longe da realização da guerra, que pode ser além de elemento

pacificador, uma agitação social que contribui para a construção histórica da Humanidade. Ao avaliarmos a dimensão dessas afirmações de Hegel e Max Scheler, nos damos conta da importância de se compreender os impactos causados pelos conflitos ao longo da história das civilizações, mais especificamente no mundo contemporâneo. Essas abordagens pressupõe que as sociedades sejam em grande parte resultado da violência das guerras, mesmo que as representações tradicionais da história levem a imaginá-las como resultado de múltiplas iniciativas realizadas no momento de paz. Embora a realidade seja provavelmente mais complexa e que as nossas sociedades foram forjadas a partir da agitação e dos rompimentos que ocorreram durante as guerras e na paz, é inegável que os confrontos armados, desde o século XIX até a atualidade, tiveram repercussões consideráveis e continuaram a permear e conformar as estruturas políticas, sociais e econômicas de vários países.

Entendemos que as guerras compõem parte da configuração de nossas sociedades. Mesmo que os conflitos ocorram em territórios distantes, contêm implicações que vão além das fronteiras, e que não são apenas militares, mas também políticas, econômicas, sociais e culturais.

Cabe ressaltar, ainda, que as ameaças híbridas (tipo de atores), que é diferente do conceito de Guerra Híbrida (modelo de conflito) – o qual será desenvolvido na última parte desse ensaio, não estão presentes somente nas ameaças militares tradicionais, elas têm potencial para interferir diretamente em diversos aspectos da segurança, incluindo aí, a pública, a nacional e a energética, através de ameaças terroristas, ameaças financeiras e ameaças cibernéticas, com o objetivo de desestabilizar governos locais ou nacionais.

O termo ameaça híbrida é utilizada de forma muito próxima ao de Guerra Híbrida, por conta da complementaridade dos atores envolvidos, como forças regulares e irregulares, grupos criminosos e grupos terroristas que empregam meios convencionais e não convencionais de forma simultânea ou não. Além disso, eles estão conectados pela natureza das tensões, como

conflitos religiosos, étnicos, ou terrorismo, entre outros possíveis.

As ameaças híbridas agem em todo o espectro, desde os momentos de paz até a guerra propriamente dita. Para Hoffmann (2005), as ameaças híbridas incorporam diferentes modos de guerra, incluindo capacidades convencionais, táticas e formações irregulares, atos terroristas, com uso de violência e coerção indiscriminada e desordem criminal, que podem ser empregados por Estados Nacionais ou por atores não estatais.

A partir desse debate inicial, o ensaio será desenvolvido em outras duas partes. A primeira será um debate sobre a História e Teoria da Guerra, quando se observa o emprego do conflito militar como forma de expandir a influência e o domínio político através da conquista de territórios. A segunda parte terá como objetivo desenvolver o conceito sobre Guerra Híbrida, enquadrada como uma Guerra Pós-Moderna pensada após o fim da Guerra Fria, com a reconfiguração gradual da ordem de Vestfália.

2. História e Teoria da Guerra

Um ponto importante para entender a história da guerra foi a análise evolutiva da teoria das gerações, proposta por autores como William S. Lind, oficial do Exército norte-americano, dentre outros. Esse especialista escolhido assume como ponto de partida para seus debates, o estabelecimento da Paz de Westfália, momento em que o Estado estabelece o monopólio da violência pela guerra e legitimou os direitos das nações em manterem e usarem força militar regular estatal.

Apesar das limitações que restringem a construção teórica do autor à Era Moderna e da omissão dos componentes naval e aéreo, o trabalho de Lind pode ser uma escolha importante para os nossos estudos, por pensar na evolução da teoria geracional acompanhada da transformação tecnológica militar, com seus efeitos táticos e estratégicos na diversidade de cenários dos conflitos.

É importante frisar, também, que o modelo possui algumas lacunas conceituais, das quais podemos destacar certa incoerência

sequencial nas gerações e a desvalorização da guerra irregular ao longo da história.

Nesse contexto, os conceitos de geração de guerra desenvolvidos a partir desse momento são os descritos por Lind (2004).

A guerra de primeira geração foi dominada pelo Estado nacional, entre o século XVIII e início do XIX, e caracterizou-se pelo emprego de táticas de linha, militares uniformizados e colunas em batalhas, que dependiam da vantagem tecnológica do armamento (rifles ou metralhadora). As guerras Napoleônicas foram um exemplo típico dessa geração.

A guerra de segunda geração foi baseada na primeira, utilizando as táticas de poder de fogo linear, uso de trincheiras, técnicas de camuflagem, atrito e movimento, com ênfase no fogo indireto da artilharia, considerada a principal evolução tecnológica da segunda metade do século XIX. A Guerra Civil Americana é um bom exemplo da segunda geração.

A guerra de terceira geração foi quando ocorreram os maiores avanços tecnológicos, com base nas táticas de velocidade, manobra e profundidade (Blitzkrieg) para destruir as forças inimigas e atacar suas áreas de retaguarda com forças aéreas militares. Foi proeminente no século XX, começando na Primeira Guerra Mundial, mas principalmente foi identificada na Segunda Guerra Mundial.

Para Lind (2004), a guerra de quarta geração surgiu após a 2ª GM, quando atores estatais e não estatais passaram a usar outros tipos de táticas, para compensar os diferentes níveis de capacidades tecnológicas. Pode ser observado no desenvolvimento dos conceitos da guerra de guerrilha, de insurgência e da guerra popular por descrever um tipo de conflito onde uma força com capacidades militares convencionais inferiores empregam meios de combate não convencionais ou irregulares, como forma de compensar as forças assimétricas no conflito.

Nesse sentido, a história indicava, ainda, que o Ocidente não teria mais o domínio cultural global, fato percebido quando aumentou consideravelmente a influência islâmica e asiática no mundo. Nesse novo momento, principalmente com o fim da Guerra Fria, os conflitos migrariam

para as cidades e a população sofreria diretamente as consequências dos embates; haveria o aumento de choques culturais e a geração de ações terroristas. A teoria indica o aumento da importância das tecnologias de alta precisão na obtenção de alvos, aprimoramento no armamento e proteção individual do combatente, meios de comunicação de difícil detecção, guerra cibernética, guerras psicológicas e guerras informacionais.

A guerra de quarta geração herdou quatro importantes elementos das outras gerações: operações com pequenos grupos de combate, com elevado nível de flexibilidade; menor centralização logística, possibilitando o combate em qualquer ambiente, com maior dispersão; maior ênfase na manobra sobre poder de fogo, ao empregar pequenas frações, ágeis e com alta capacidade de manobrar e se misturar no ambiente operacional; e a busca da destruição interna do inimigo, em vez da destruição física, exigindo uma grande capacidade de identificar e atingir os centros de gravidade do inimigo.

Nesse novo modelo de guerra, a população do inimigo e a sua cultura tornam-se alvos do ataque adversário. A guerra no Iraque e no Afeganistão, nos anos 1990, foi a base para o aperfeiçoamento da teoria da guerra de quarta geração. No entendimento de Lind (2004), o Estado perdeu o monopólio da violência e o mundo avançou no combate entre forças estatais e não estatais, como o Al-Qaeda, o Hamas, o Hezbollah e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Os sujeitos da guerra de quarta geração utilizam operações militares e comunicações estratégicas, articulados com métodos não convencionais, com o objetivo de prolongar o conflito e atingir a base de apoio político e militar da força convencional.

A partir desse debate teórico geracional sobre a guerra, entendemos a importância de articulá-los com estudos que tratem sobre a natureza dos conflitos contemporâneos, principalmente a partir da teoria de quarta geração. Análises sobre os processos conflituosos pós-Segunda Guerra Mundial, tomando em consideração, o processo de descolonização na África e na Ásia, a Guerra Fria, a Guerra da Argélia, o pós-colonialismo,

os conflitos pós União Soviética, as duas últimas guerras do Golfo e no Iraque (1991 e 2003) e a Guerra no Afeganistão em 2001. E também, análise das lutas sociais em diversos âmbitos que envolvam forças armadas e suas organizações, nacionalismos, conflitos étnicos, conflitos religiosos, conflitos políticos, terrorismo e contraterrorismo, estratégias e operações militares em escala global e regional e as organizações militares dentro do contexto da história.

Para entender como esse contexto histórico internacional é importante e está articulado na construção de uma nova geração de guerra, podemos analisar o impacto de alguns conflitos para o processo político-militar do Brasil nos anos 1960, com ênfase na reformulação doutrinária do Exército Brasileiro.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo passa a ser marcado pela “Guerra Fria”. Para Lewandowski, o termo foi empregado pela primeira vez durante um debate no Congresso norte-americano, em 1947, no qual foi identificado o estado de beligerância velada que se instaurou, depois de 1945, entre as duas maiores potências mundiais que se formaram no período, EUA e URSS (LEWANDOWSKI, 1985, p. 1).

Nessa nova modalidade de guerra, o conflito era no campo político, econômico, psicológico e militar, valendo-se de operações diplomáticas, ameaças, pressões, espionagem, propaganda e demais instrumentações não comuns à guerra convencional.

Guerras como a do Vietnã (1959-1975), da Coreia (1950-1953), da Argélia (1954-1962), a Revolução Cubana (1953-1959) e outros conflitos semelhantes fizeram parte dos desdobramentos da Guerra Fria e do processo de descolonização da África e da Ásia. Nesse contexto de grande tensão, os EUA elaboraram uma doutrina militar baseada no conceito de segurança e desenvolvimento: a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Ela tinha como um de seus objetivos combater a guerra não convencional ou revolucionária, considerada a principal ameaça estratégica vinda do comunismo internacional e que visava conquistar os países do chamado “Terceiro Mundo” (COMBLIN, 1978, p. 44).

No Brasil, o local inicial de aplicação dessa doutrina foi a Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949. No entanto, nos fins dos anos 1950, a questão da segurança nacional reacendeu com mais intensidade no cenário nacional. Neste momento, uma nova doutrina com o objetivo de combater o comunismo surge no interior das Forças Armadas, a Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR).

A DGR passou a ser a “leitura exclusiva dos acontecimentos políticos e sociais” do país (CHIRIO, 2012, p.19). Os trabalhos passaram a ser concentrados na elaboração de meios de combate à ameaça comunista, o que exigiu uma reestruturação organizacional das Forças Armadas, visando uma atuação mais adequada ao novo momento.

Diferente de Comblin, alguns historiadores e sociólogos na atualidade acreditam que a DGR foi originada da França, com sua experiência na Guerra da Indochina e da Argélia, e não nos EUA. Que o conceito de guerra revolucionária foi importado da Europa, entre os anos 1957-1961, e aplicado no Brasil (CHIRIO, 2012; MARTINS FILHO, 2008).

Para a historiadora francesa Maud Chirio, coube ao Exército francês entender a novidade doutrinária, pois os conflitos na Indochina e na Argélia deram a eles a importante experiência para desenvolver o combate contra guerrilha, algo que era ainda desconhecido pelo Exército norte-americano (CHIRIO, 2012, p. 20). Esse novo paradigma doutrinário se adequou às necessidades do Brasil, pois a Doutrina de Guerra Nuclear, capitaneada pelos EUA, estava longe do contexto econômico e geopolítico brasileiro.

Para dar legitimidade a sua pesquisa, a historiadora francesa destaca que em 1957 a revista do Estado-Maior do Exército, o *Mensário de Cultura Militar*, publicou o artigo “A guerra revolucionária”. A publicação foi traduzida da *Revue Militaire d’Information*, vinculada ao Ministério da Defesa da França, e traduzida pelo coronel brasileiro Moacyr Barcellos Potyguara. Segundo Maud, o texto abrangia os principais elementos teóricos sobre a guerra revolucionária e posteriormente foi utilizada

nos artigos, nas conferências e nos cursos destinados a formação e ao aperfeiçoamento dos oficiais do Exército Brasileiro, nos anos 1960.

De acordo com a teoria de guerra revolucionária no Brasil, o inimigo atuava o tempo todo e em vários lugares, por isso, os militares consideravam que o país estava em uma guerra constante. Se o Estado abrisse às portas à liberdade descontrolada, o comunismo se infiltraria em todos os campos.

Para a DGR tratava de uma guerra que se utilizava de métodos não convencionais e deveria ser enfrentada por forças não tradicionais. Nesse cenário seria definido o uso da guerra psicológica através de ações propagandísticas, no sentido de afirmar os ideais anticomunistas e anular ações comunistas com interesses na tomada do poder.

Na prática, o Exército Brasileiro adotou, até os anos sessenta do século XX, a doutrina militar dos Estados Unidos da América, em decorrência da participação da Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália, entre 1944 e 1945. No entanto, a doutrina estadunidense era concebida para ser adotada por países com alto grau de desenvolvimento tecnológico, com uma complexa base industrial de Defesa, destinada a conflitos de alta intensidade. No caso brasileiro, no final dos anos 1950, a doutrina se mostrou inadequada à realidade de um país subdesenvolvido, dentro do cenário sul-americano.

Em consequência dos fatos, entre os anos 1960 e 1970, iniciou-se no Brasil a reorganização das unidades militares, e um novo desdobramento da força terrestre no território nacional. O objetivo era aumentar o grau de prontidão, para cumprir sua missão constitucional, além da adoção de uma nova doutrina militar nacional que correspondesse à demanda da nova estrutura organizacional, ao ambiente operacional sul-americano e a efetiva capacidade das unidades militares brasileiras. Na América do Sul, predominava a rivalidade militar, sem a ameaça iminente de uma guerra de grandes proporções, e crescia a possibilidade do emprego da tropa em ações contra grupos guerrilheiros, uma realidade da

América Latina, coerente aos momentos mais tensos da Guerra Fria.

Para além da teoria da quarta geração da guerra e da própria DGR, é importante conceituar duas formas de guerra que apareceram no final dos anos 1990 e início do século XXI, que contribuíram para a construção do conceito de “Guerra Híbrida”. Nesse sentido, uma importante forma identificada na literatura foram as Guerras Compostas (*Compound Warfare*). Para Huber (2002), o uso simultâneo de uma força regular e uma força irregular (ou guerrilheira) contra uma determinada ameaça caracteriza a guerra composta. Este tipo de guerra se aplica quando um Estado mais fraco tem seu território ocupado por outro de poder superior e que, na medida em que as tropas inimigas avançam suas posições no território ocupado, o país invadido pode iniciar uma guerra composta. Nesse caso, a força irregular aumenta o esforço da força regular, quando oferece informações, suprimentos e tropas, ao mesmo tempo em que nega ao inimigo, afetando o seu potencial operacional. Exemplo clássico de uma guerra composta é a Guerra do Vietnã com atuação de forças regulares vietnamitas do Norte e de forças irregulares dos Vietcongs, sob um comando unificado e empregando abordagens não convencionais e convencionais.

Outro importante conceito de forma de guerra é o elaborado por dois coronéis do Exército chinês (LIANG e XIANGSUI, 1999), em fevereiro de 1999: o conceito de Guerra Irrestrita (*Unrestricted War*).

O conceito foi elaborado a partir de uma análise da segurança global após a Guerra do Golfo, de 1991, e propõe uma nova abordagem para as guerras no futuro, apresentando diversos princípios, estratégias e táticas para serem utilizadas por países em desenvolvimento como a China, contra países desenvolvidos como os EUA, ao longo de uma guerra com uso de alta tecnologia.

Nos estudos sobre a Guerra do Golfo, os autores compreenderam que existia uma supremacia bélica dos Estados Unidos nas operações regulares, por conta do emprego de um grande número de capacidades, articuladas a alta tecnologia. Nesse contexto, os analistas militares chineses perceberam que

seria impossível derrotar os EUA no ambiente operacional convencional. O resultado foi a busca de uma forma em que atores estatais e não estatais pudessem ser empregados de maneira combinada com meios políticos, econômicos, culturais, diplomáticos, étnicos e religiosos, como esforço principal e complementados por recursos militares limitados.

Para Liang e Xiangsui (1999), a guerra é influenciada pela modernização da sociedade e os ataques terroristas, financeiros e cibernéticos podem causar danos tão profundos quanto os ataques militares convencionais. Esse fato é legitimado devido à profunda influência dos mercados financeiros e da tecnologia sobre o dia a dia das pessoas. Nesse cenário, as guerras no futuro tomariam formas não tradicionais e invisíveis, possivelmente marcadas pela diminuição da violência no campo militar, mas com o aumento gradativo dos conflitos político, econômico e tecnológico. Em consequência, os princípios da guerra não se refeririam mais ao uso de forças regulares para derrotar o inimigo, mas ao emprego combinado de capacidades letais e não letais, de forças armadas e desarmadas, de militares e civis para vencer o oponente. Essa forma permitiria ainda, a possibilidade da guerra ir além dos limites tradicionais do Estado, para além do domínio militar tradicional.

3. A Guerra Híbrida e o paradigma da construção de um novo conceito

O debate sobre Guerra Híbrida não é tão recente assim e não surgiu com a interpretação do conflito da Rússia com a Ucrânia em 2014. A sua origem está na evolução complexa das teorias da guerra de quarta geração, guerras compostas, guerras irrestritas, guerras assimétricas e guerras irregulares.

Podemos perceber, ainda, que as tensões envolvendo o uso do conceito de guerra híbrida é tão presente que alguns investigadores, para além da crítica, preferem o retorno ao termo de guerra assimétrica ou guerra irregular, particularizando aspectos do pensamento militar no presente e no futuro.

Nesse sentido, a guerra assimétrica trata do enfrentamento entre dois ou mais adversários com capacidades bélicas diferentes, levando à parte mais fraca a tentar definir a natureza do confronto de maneira a minimizar o poder tecnológico da potência envolvida. No tocante às capacidades, a principal novidade nos recentes anos é o papel desempenhado pela moderna tecnologia da informação, que serve como uma força multiplicadora numa escala sem precedentes. Desta forma, o emprego efetivo do espaço da informação possibilita compensar, muito mais hoje em dia do que antes, as deficiências no espaço físico.

Já a Guerra Irregular pode ser entendida como:

(...) o conflito armado, no qual as partes não constituem grandes unidades, mas pequenos e muito pequenos grupos de ação, e cujo desfecho não é decidido em poucas e grandes batalhas; ao contrário, a decisão é buscada e afinal concretizada através de um número muito grande de pequenas operações individuais, roubos, atos de terrorismo e sabotagem, bombardeios e incursões (HEYDTE, 1990, p. 37).

E mais ainda, é uma guerra liderada por organizações que usam uma abordagem indireta, evitando confrontos diretos com o inimigo, sendo que o seu objetivo é desgastar o adversário, “*em termos práticos, a guerra irregular é todo o conflito conduzido por uma força que não dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade jurídica institucional. Ou seja, é a guerra travada por uma força não regular*” (VISACRO, 2009, p. 13).

Na guerra irregular, a mobilização das massas é um ponto estratégico, assim como o controle do terreno. A guerra irregular parte do princípio que não existem regras na condução do conflito e são baseadas no uso de pequenos escalões operacionais. Nesse sentido, é estabelecida uma grande tensão entre as lideranças militares, em relação ao seu uso, pois os generais foram preparados para empregar a guerra segundo a lógica cartesiana, lógica ignorada pelo combatente irregular. No entendimento de Visacro (2009, p. 222): *O vigor da guerra irregular*

encontra-se justamente nesta importante característica: a ausência de padrões rígidos que lhe permite adequar-se e moldar-se a ambientes políticos, sociais e militares diferentes.

Para Damien van Puyvelde (2015), da *University of Texas*, toda ameaça pode ser híbrida, por não estar limitada a uma simples configuração e dimensão da guerra. No entanto, quando o emprego de força ou ameaça é definido como híbrida, o conceito perde o valor e causa confusão, em vez de explicar a realidade da guerra moderna.

Para entendermos a evolução das investigações e a problematização que envolvem a construção do conceito de guerra híbrida é fundamental explorar sua origem no pensamento estratégico. Dessa maneira, a nossa proposta, nesse momento da pesquisa, será abordar os aspectos teóricos levantados pelos autores para realizar um debate envolvendo a literatura que defende/constrói o conceito e a literatura que critica o conceito.

Nessa investigação, também foram identificados os principais locais de análise e produção do conceito de guerra híbrida. Os estudos revelam uma diversidade de espaços de produção de conhecimento encontrados nos Estados Unidos da América, mais especificamente, no Centro de Estudos em *West Point*, no *Marine Corps Warfighting Laboratory* e na *National Defense University*. No entanto, o estudo revela que os dois principais lugares de debate são a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Academia de Ciências Militares da Rússia.

Com relação à literatura que utiliza o conceito de Guerra Híbrida, William J. Nemeth é reconhecido como o criador do termo e Frank G. Hoffmman o divulgador da expressão.

No ano de 2002, o major William J. Nemeth (*United State Marine Corps - USMC*) defendeu uma tese na *Naval Postgraduate School*, no estado da Califórnia, em *Master of Arts in National Security Affairs*, com o estudo intitulado *Future War and Chechnya: a case for hibryd warfare*. A sua introdução da tese já sinaliza para mudanças de paradigmas teóricos ao estudar Lawrence H. Keely (*War before Civilization*, de 1999),

para quem a vitória numa guerra não é resultado do uso de armas superiores e sim resultado da organização social. Nesse momento, surgia a expressão Guerra Híbrida. Nemeth após analisar a sociedade da Chechnia, em seus aspectos de estrutura social, estrutura política, religião, organização e emprego militar, relações políticas exteriores nas suas fronteiras e história defendeu que se tratava de uma sociedade híbrida. Esse novo termo significava a conjugação de uma religião radical, organização tribal, estrutura militar simplificada, eficiente em operações militares e com capacidade de emprego de armas e equipamentos tecnológicos atualizados para lutar guerras híbridas contra forças regulares.

Frank G. Hoffmman, tenente-coronel da reserva USMC, pesquisador e professor do *Marine Corps Warfighting Laboratory* e da *National Defense University*, tem sido o maior influenciador do pensamento ocidental sobre a Guerra Híbrida. A publicação do ensaio *Future Warfare: the rise of hybrid wars*, de 2005, produzido em coautoria com o tenente general USMC James Mattis, foi baseado em grande parte nas suas experiências de combate no Afeganistão em 2001 e no Iraque em 2003.

Hoffmman, um dos principais investigadores do tema da Guerra Híbrida na atualidade, ajudou a afastar a influência das chamadas revoluções em assuntos militares (RMA) ou transformações da defesa baseada unicamente em tecnologia. Para o autor, o fascínio nos EUA por RMA e transformação foi alterado mais uma vez pela lição da história sobre o papel predominante do ser humano na dimensão da guerra. A paixão pela tecnologia teria sido reflexo da própria imagem norte-americana espelhada em uma irrealidade, no desejo de ditar a conduta da guerra em seus próprios termos. E lembra que o inimigo é um ser humano com capacidade de raciocinar sobre pressão e situações adversas. Neste contexto, o inimigo tem um posicionamento próprio na guerra e não precisa cumprir as regras definidas de um combate regular.

Como pesquisador, Hoffman organizou a evolução do conceito de Guerra Híbrida ao identificar a contribuição de escolas de

pensamento e teoria da guerra. No estudo *Conflict in the 21ST century: the rise of hybrid wars*, de 2007, o autor define guerra híbrida como uma variedade de tipos ou modos de fazer a guerra, que pode incluir a guerra convencional, formações e táticas de guerra irregular, ações terroristas, uso de violência, coerção e desordem criminal. O autor apresenta as principais correntes intelectuais e momentos políticos que ajudaram na construção do conceito: as guerras de quarta geração, as guerras compostas, as guerras irrestritas, a Estratégia Nacional de Defesa dos EUA de 2005, os desafios e as ameaças híbrida. Por isso, essas teorias da guerra não devem ser observadas como fases de interpretação dos conflitos, mas sim modelos e aproximações que contribuíram para a construção de um conceito mais amplo e atual.

Para Hoffman, a guerra se caracteriza por diferentes tipos de conflitos, entre os combatentes e o uso de tecnologias. Um universo de uso de diversos tipos de emprego de força, utilizados ao mesmo tempo por adversários flexíveis e sofisticados. Sugere que, no futuro, os conflitos incluirão organizações híbridas como, por exemplo, a utilizada pela Força Paramilitar do Hezbollah contra Israel em 2006, empregando um amplo conjunto de habilidades. Para ele, é possível que, no futuro, exista a possibilidade dos Estados modificarem suas unidades convencionais em forças irregulares, com ênfase nas tropas especiais. O pensamento militar do autor contempla o uso de diversas formas de guerra, com o emprego de guerra híbrida estatal, com estruturas políticas funcionando em células descentralizadas, e com o aparecimento de forças irregulares decisivas para o combate ou em condições de igualdade com as forças regulares.

Pelo postulado de Frank Hoffman, podemos aferir para a Guerra Híbrida uma forma real de compreensão da dinâmica dos conflitos. As tensões sociais e políticas tiveram um amplo impacto no desenvolvimento da guerra atual e no uso da força pelos diversos atores. Sendo que fica cada vez mais difícil definir e separar os atores, o modo de combater, os espaços do

confronto e os instrumentos da guerra, que caminham para o campo da incerteza. Alguns princípios básicos podem ser usados para caracterizar a Guerra Híbrida: a sinergia de atores, a assimetria do conflito, a guerra omnidimensional anterior ao emprego de combates tradicionais, a segurança multidimensional, a criatividade e os interesses políticos.

Portanto, o conceito de Guerra Híbrida discutido expande as possibilidades de atuação dos atores estatais e não estatais, sendo que ambos podem usar da organização, técnicas, táticas e procedimentos da guerra regular, como da guerra irregular. Aqueles atores que recorrem ao uso da Guerra Híbrida têm como objetivo dominar o controle operacional sem restrições, podendo ultrapassar as fronteiras, as leis impostas e as leis morais da guerra. Nesse sentido, a Guerra Híbrida é definida como a combinação dos múltiplos meios da guerra convencional e não convencional, que podem usar forças militares regulares, forças irregulares, forças especiais, guerra econômica, ataque cibernético, diplomacia, propaganda com guerra de informação e apoio a manifestação local.

Para Fleming (2011), atores que usam esse tipo de guerra, primeiro determinam os seus objetivos estratégicos em termos político-militares e, depois, estabelecem uma campanha militar no nível operacional para atingir seus objetivos.

Com relação à literatura que crítica o conceito, no livro *Face of War*, Jim Storr coloca a tendência dos militares e acadêmicos na atualidade de preencher suas carências teóricas reais com discursos elegantes, com palavras aparentemente sofisticadas, mas que não dizem nada de novo.

Para Murray e Mansoor (2012), no livro *Hybrid Warfare: fighting complex opponents from the Ancient World to the Present Hardcover*, a guerra híbrida é parte integrante da paisagem histórica desde o mundo antigo, mas apenas recentemente os analistas - incorretamente - categorizaram esses conflitos como únicos. As grandes potências ao longo da história enfrentaram oponentes que usavam uma combinação de forças regulares e

irregulares para negar a vantagem da força militar convencional superior das grandes potências. Como mostra este estudo, as guerras híbridas são trabalhosas e de longo prazo; são lutas difíceis que desafiam a lógica doméstica de pesquisas de opinião e ciclos eleitorais. As guerras híbridas também são os conflitos mais prováveis do século XXI, pois os concorrentes usam forças híbridas para desgastar as capacidades militares em campanhas prolongadas de exaustão. Nove exemplos históricos de guerra híbrida são trabalhados no livro “Da Roma antiga ao mundo moderno”. Eles fornecem contexto aos pesquisadores, esclarecendo os vários aspectos dos conflitos e examinando como as grandes potências lidaram com eles no passado.

Uma das melhores críticas nacionais ao conceito de guerra híbrida é feita pelo historiador César Campiani Maximiano, escritor e pesquisador independente, que foi professor do Programa da Pós-Graduação em Ciências Militares da ECEME, no artigo “*Guerra Híbrida não existe: a história prova*”, publicado na Revista A Defesa Nacional, nº 835, em 2018. Logo no início da publicação o autor coloca enfaticamente:

A ideia de guerra híbrida é uma das mais recentes falácias que polui o pensamento militar da atualidade. Trata-se de mais um arremedo explicativo para quem criou o péssimo hábito intelectual de interpretar guerras pelos contextos táticos e, quando muito, operacionais. Surgida no seio de algumas análises da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a proposição nem mesmo é consenso naquela força, tendo suscitado refutação sólida o suficiente para que seja, no mínimo, analisada com mais seriedade, e, na melhor das hipóteses, abandonada de vez. Consoante seu ponto de vista, que também é acompanhado por diversos outros estudiosos da polemologia, a própria história militar recente já faz-se suficiente para afastar esta ideia, que posa de pretensa mudança na natureza da guerra. Para quem está familiarizado com a reflexão de Clausewitz sobre a guerra, nem mesmo as mais ousadas peripécias

russas da última década representam sequer alteração em suas características.

O historiador Cesar Campiani coloca, ainda, a necessidade dos investigadores voltarem à direção dos seus estudos para a experiência brasileira na Segunda Guerra Mundial, que ainda não recebeu a merecida atenção. O seu posicionamento crítico está articulado à tendência dos militares e acadêmicos na valorização de novas classificações, conceitos e qualificações elaboradas sobre os futuros tipos de guerra, quase sempre de validade duvidosa. Ressalta, ainda, que a campanha da Força Expedicionária Brasileira no teatro de operações da Itália permanece como a referência mais sólida para estudo brasileiro de uma variedade de situações complexas enfrentadas na guerra.

Para além dos estudos já realizados sobre os desafios táticos dos pelotões, companhias e batalhões nas manobras, com alguma atenção a combinação das armas, o historiador César Campiani ressalta a necessidade de aprofundar a pesquisa sobre o cotidiano das operações da FEB, que foram bastante complexas e até mais parecidas com a guerra contemporânea, como o uso de grupos de combates. Acrescenta que, ao longo dos anos 1943 até 1945, o XV Grupo de Exército, no qual o Brasil estava enquadrado, precisou se adaptar para lidar com as diversidades da guerra, entre elas podemos citar: o emprego de forças especiais em ações combinadas com forças irregulares; emprego de forças irregulares em apoio as forças regulares como foi o ataque da FEB à Linha Gótica; uso de guerra psicológica através da propaganda; operações psicológicas de preservação da moral dos combatentes e saúde mental; uso de contrapropaganda e propaganda contra o inimigo (panfletos); governo militar na supervisão do esforço de reconstrução nacional italiano; guerra estática de posição; necessidade de readaptação tática e instrução permanente diante da dificuldade imposta pela geografia montanhosa; frequentes combates em localidades; e aliança com organizações criminosas locais para facilitar operações na retaguarda alemã.

O que percebemos é que do início dos anos 1990 e todo o século XXI, uma boa quantidade de novos termos aparecerem para tipificar as dimensões táticas observadas nos conflitos contemporâneos. Alguns abandonados de uma forma muito rápida, como o conceito de conflito de baixa intensidade; outros, como guerra de quarta geração, com uma vida mais prolongada. Para Campiani, o termo da moda parece ser guerra híbrida.

As críticas de Campiani podem ser legitimadas, quando observamos a análise realizada por Damien Van Puyvelde, da University of Texas, na *Nato Review*, no ano de 2015¹. No artigo *Hybrid War – does it even exist?*, o pesquisador destaca que a intervenção russa na Ucrânia em 2014 gerou muito debate sobre o uso e a eficácia da guerra híbrida, um tipo de guerra amplamente entendido por misturar guerra convencional com guerra não convencional, guerra regular com guerra irregular e guerra informativa com guerra cibernética.

Neste contexto do século XXI, algumas das forças e coalizões militares, como a OTAN, vêm tentando enfrentar e combater as ameaças híbridas. Para Puyveld, em vez de desenvolver estratégias baseadas em desafios híbridos, os tomadores de decisão deveriam ficar distante do termo e considerar a guerra pelo que ela sempre foi: um conjunto complexo de ameaças interconectadas e meios poderosos empreendidos por motivos políticos.

E mais ainda, a OTAN elaborou uma definição para guerra híbrida² que não parece levar em conta os fatos históricos do passado. Na definição, o novo modelo de guerra se refere a uma ameaça híbrida oferecida por qualquer adversário atual ou potencial, incluindo forças estatais, não estatais e terroristas, com capacidade de empregar simultaneamente meios convencionais e não

convencionais de forma adaptável, na busca de seus objetivos.

Para além das discussões se o conceito de Guerra Híbrida é novo ou é antigo com novas roupagens, assinalamos que esse debate poderá ser clarificado com os estudos de caso e responder questionamentos do tipo: esta nova definição é útil? Ela realmente ajuda? Comumente novos conceitos não ajudam como e podem confundir!

O fato é que, no Brasil, o conceito de Guerra Híbrida ainda está em construção, realizado por discussões conceituais complexas. Ele levanta algumas suspeitas por parte de alguns investigadores nacionais e internacionais, tendo sua origem na crescente complexidade da evolução dos conceitos de guerras assimétricas e irregulares contemporâneas.

Em termos institucionais, o seu debate foi incluído no Processo de Planejamento Conjunto do Ministério da Defesa em 2011 e nos documentos do Exército Brasileiro em 2014.

Uma mistura de guerra regular com guerra irregular, talvez o retorno da antiga guerra assimétrica associada a equipamentos de alta tecnologia. Muito ainda precisa ser discutido conceitualmente para sua boa aplicabilidade, principalmente no cenário brasileiro, aonde a proposta vem tomando forma. Assim, observa-se que na Escola de Comando e Estado-Maior produziu-se 06 (seis) monografias de conclusão de curso relacionadas à guerra híbrida, no período de 2016 (2), 2017 (2) e 2018 (2), e uma dissertação de mestrado no ano de 2019, esta desenvolvida por um oficial estrangeiro. Na Escola Superior de Guerra, foram produzidas 02 (duas) monografias de final do Curso de Altos Estudos e Política Estratégica por coronéis do Exército Brasileiro, no ano de 2017 e 2019.

De toda forma, pode-se perceber certa lentidão quando se observa que documentos nacionais de defesa, como o Livro Branco de 2016 (LDBN), trabalham com uma limitação conceitual sobre guerra híbrida. O LBDN acabou definindo-a, em poucas linhas, como: “ações de combate convencional que são aglutinadas, no tempo e no espaço, com

¹ Sobre o debate ver a publicação

<https://www.nato.int/docu/review/articles/2015/05/07/hybrid-war-does-it-even-exist/index.html>

² Publicado em:

https://www.act.nato.int/images/stories/events/2010/20100826_bi-sc_cht.pdf

operações de natureza irregular, de guerra cibernética e de operações de informação". Continuando, o documento diz que essas operações são articuladas *"com atores estatais e não estatais, no ambiente real e informacional, incluindo as redes sociais"*. Para o documento de mais alto nível do país em questões de defesa, a natureza da guerra híbrida realça características dos conflitos contemporâneos e tornam a definição das missões das Forças Armadas muito mais complexa, dinâmica e sofisticada.

A Política Nacional de Defesa, de 2016, aprofunda o conceito minimamente no item 2.3 do Ambiente Internacional. No entanto, a explicação produzida pode ser considerada uma contradição conceitual ao trabalhar com características como assimetria de poder, o que leva imediatamente o leitor para as chamadas Guerras Assimétricas do passado recente.

2.3.2 A configuração internacional, caracterizada por **assimetrias de poder**, gera tensões e instabilidades que contribuem para o surgimento de grupos insurgentes e de organizações terroristas ou criminosas e que tendem a incrementar a guerra irregular. Ainda que a ocorrência de conflitos generalizados entre Estados tenha reduzido, renovam-se aqueles de caráter étnico e religioso, exacerbam-se os nacionalismos e fragmentam-se os Estados, cenário propício para o desenvolvimento da denominada "guerra híbrida", que combina distintos conceitos de guerra³.

O Manual de Operações do Exército, de 2014, cita o termo "Híbrida" em dois momentos: no item 2.2.15 do Ambiente Operacional, para relacionar as características das ameaças, quando define que são atores não estatais providos de armas sofisticadas; e no item 3.3.1 das Operações Terrestres, quando define:

3.3.1 A Doutrina de Operações Conjuntas privilegia o confronto entre Estados-nação ou suas coligações, em ampla e limitada

escala, envolvendo forças militares convencionais. No entanto, os conflitos contemporâneos têm apresentado características que os distinguem dos tradicionais, aproximando-os de enfrentamentos entre Forças Armadas de um Estado e ameaças híbridas – atores não estatais providos de armas sofisticadas (incluindo meios convencionais) e que possuem capacidades e utilizam TTP, próprios das guerras irregulares.

4. Reflexões finais e Implicações para o Exército

Acreditamos que a definição do conceito de Guerra Híbrida do ponto de vista teórico assume uma grande importância estratégica para o emprego militar do Exército Brasileiro, no contexto de mudanças paradigmáticas nos conflitos contemporâneos. A possibilidade do conflito com operações de combate com pouca definição no tempo e no espaço, disputado em diferentes níveis, por forças estatais e não estatais, indica que provavelmente a guerra no futuro fique cada vez mais incerta, com dificuldade de identificação do inimigo dominante e da definição de categorias operativas.

A característica omnidimensional da guerra no futuro levanta a necessidade de que todos os poderes nacionais estejam em condições de atuar nos novos espaços criados por novas dimensões do campo de batalha, que não são mais aqueles campos tradicionais, aos quais as Forças Armadas estavam habituadas a lutar. Em um ambiente de amplo espectro, os conflitos do futuro deverão acontecer em todas as dimensões do campo de batalha.

Esse avanço do conflito omnidimensional pode ser atribuído ao desgaste das instituições democráticas, pelas campanhas de desinformação, pela corrupção generalizada em todos os níveis e pela crescente perda de confiança no político.

Nesse sentido, as novas ameaças incluem o terrorismo, os ciberataques e os

³ Grifo do autor.

ataques com mísseis de cruzeiros, mísseis balísticos, armamento químico e armas biológicas.

Por ser um tipo de guerra que mescla conflito convencional com conflito não convencional, guerra regular com guerra irregular e guerra de informações com guerra cibernética, será cada vez mais necessário aprofundar o uso de operações de informações articuladas ao uso de tropas de forças especiais contra ameaças difusas, com emprego conjunto, em ambiente interagências e, se for o caso, de forma multinacional.

Mesmo que seja apenas uma tendência possivelmente passageira, a Força Terrestre deveria ficar atenta e pensar efetivamente em um processo controlado de diminuição do efetivo das tropas regulares usadas para a manutenção da Presença e ações subsidiárias, e priorizar o emprego das tropas especializadas de combate, tornando o Exército mais leve e ágil, amparado no uso de novas tecnologias e sistemas de armas. Modificar o adestramento de unidades convencionais para o preparo e emprego em guerra irregular.

O foco na intensificação na atuação de grupos de operações especiais, de tropas mais enxutas e no aprofundamento da profissionalização militar levará a incorporação de novas táticas de guerra. Essas novas táticas deverão estar em condição de contribuir para a conquista psicossocial do inimigo, conquistados por meio de operações de informações.

No mundo atual, as operações de Informações englobam cada vez mais o uso

articulado de inteligência, defesa cibernética, guerra eletrônica, comunicação social e operações de apoio à informação, conforme definido no EB20-MC-10.213, Manual de Operações de Informação do Exército Brasileiro, de 2014.

Mesmo na guerra convencional, as forças terrestres buscarão atuar continuamente sobre a comunicação e a opinião pública, seja de maneira ostensiva ou de forma velada, com o objetivo de conquistar mentes e corações.

O futuro aponta para o afastamento de possíveis conflitos estatais de grande intensidade e para uma maior aproximação de conflitos de menor intensidade conduzidos por guerrilhas, milícias urbanas, facções criminosas, grupos terroristas, organizações políticas partidárias extremistas, organismos internacionais e pelo crime organizado – atores que crescem exponencialmente no mundo em desenvolvimento. No entanto, deve ficar claro que sempre existirá o risco do envolvimento com guerras regulares estatais definidas por combates em larga escala, devendo o Exército evitar a negligência com o preparo da força nesse campo.

O Brasil, por suas dimensões e potencialidades, é um personagem desse teatro que desperta interesses no cenário internacional. Daí a necessidade de maior convergência da Inteligência e da Geopolítica com ênfase nos estudos dos modelos de guerra da atualidade, pois Estados com políticas assertivas articuladas aos poderes nacionais atingem com mais facilidade os seus objetivos estratégicos.

Referências

- CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro. Zahar, 2012.
- COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- FERNANDES, Hugo Miguel Moutinho. As novas guerras: o desafio da guerra híbrida. *Revista de Ciências Militares*. Lisboa, vol. IV, nº. 2, novembro 2016.
- FLEMING, Brian P. *The Hybrid Threat Conflict: Contemporary War, military planning and the advent of unrestricted operational art*. Kansas: School of Advanced Military Studies / United States Army Commandant General Staff College, 2011.

- GIBU SHIMABUKURO, Ricardo. *En torno a la esencia del poder*. Un estudio comparativo entre Max Scheler y José Ortega y Gasset. *Franciscanum* 163, Vol. LVII (2015), 125-153.
- HEGEL, G. W. F. A. *Princípios da Filosofia do Direito*. Trad. Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- HEYDTE, Friedrich August Von der. *A Guerra Irregular Moderna: em políticas de defesa e como fenômeno militar*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990.
- HOFFMAN, Frank G. Hybrid Threats: Neither omnipotent nor unbeatable. *Orbis*, Vol. 54, n. 3, p. 441-455, 2010.
- _____. Hybrid Warfare and Challenges. *Joint Force Quarterly* (jfq), Washington, n.52, p.34-39, 2009.
- _____. Future Warfare: The Rise of Hybrid Wars. *Proceedings Magazine*. United State Naval Institute, 2005, vol. 132/111, 233. <http://milnewstbay.pbworks.com/f/MattisFourBlockWarUSNINov2005.pdf>
- _____. *Conflict in the 21ST century: the rise of hybrid wars*. Virgínia: Potomac Institute for Policy Studies, 2007.
- https://potomacinstitute.org/images/stories/publications/potomac_hybridwar_0108.pdf
- HUBER, Thomas M. *Compound Warfare: That Fatal Knot*. General Editor. Kansas: US Army Command and General Staff College Press, 2002.
- LEAL, Paulo Cesar. A guerra híbrida: reflexos para o sistema de defesa no Brasil. *Doutrina Militar Terrestre em Revista*. Brasília, V. 4, nº 9, p, 6-17, Janeiro a Julho/2016.
- LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Notas sobre o conceito de guerra revolucionária e sua expressão legal. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, v. 80, 1985.
- LIANG, Qiao and XIANGSUI, Wang. *Unrestricted Warfare*. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing, 1999.
- LIMA, Rafael de Moraes. *Guerras Híbridas: o princípio de Heisenberg no pensamento estratégico e uma possível alternativa*. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília: IRI UnB, 2018.
- LIND, William S. Understanding Fourth Generation War. *Military Review*. Setembro-Outubro 2004.
- MAXIMIANO, César Campiani. Guerra Híbrida não existe. A história prova. *Revista A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, nº 835, 1º Quadrimestre de 2018, p.p. 4-9.
- MARTINS FILHO, João Roberto. “A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, jun, 2008.
- MURRAY, Williamson e MANSOOR, Peter R (Eds.). *Hybrid Warfare: fighting complex opponents from the Ancient World to the Present* Hardcover. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- MURRAY, Williamson. *Invisible Armies: An Epic History of Guerrilla Warfare from Ancient Times to the Present* by Max Boot. London: W.W. Norton, 2013.
- PUYVELDE, Damien Van. Hybrid War – does it even exist? *Nato Review*. NATO, 7 may 2015. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/articles/2015/05/07/hybrid-war-does-it-even-exist/index.html>. Acesso em 13/11/2020.
- RODRIGUES, Bernardo Salgado. Guerra Híbrida na América do Sul: uma definição das ações políticas veladas. *Sul Global*. 1(1): 139-168 (2020).
- SCHELER, Max Ferdinand. *Der Genius des Kriegs und der Deutsche Krieg*. Berlin, 1915.
- STOR, Jim. *Face of War*. Foreword by Richard Holmes. Great Britain: Continuum UK, 2009.
- VISACRO, Alessandro. *Guerra Irregular Moderna: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da História*. São Paulo: Conteto, 2009.